

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.630.245 - RS (2016/0054200-4)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**
PROCURADOR : **CYNTIA COLETO ASSUMPÇÃO E OUTRO(S) - RS023737**
RECORRIDO : **CARLOS ALBERTO FLORES NUNES**
ADVOGADOS : **CRISTIAN FERRAS BOLICO RODRIGUES DA SILVA E OUTRO(S) - RS074344**
RODRIGO BORGES PIRES - RS074345

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial manejado pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 418-419):

AGRAVO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO.

Possibilidade de prover parcialmente, por decisão monocrática, recurso que ataca decisão proferida em parcial confronto com jurisprudência dominante deste Tribunal e de Tribunais Superiores, nos termos do art. 557, §12-A, do Código de Processo Civil. Ratificação da decisão pelo Colegiado.

COMPANHEIRO DEPENDENTE DA SEGURADA. IPERGS. REQUISITOS LEGAIS. INTELIGENCIA DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL E DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

A CRFB reconhece a união estável como entidade familiar (art. 236, § 32), e o Código Civil (art. 1.723), dispõe sobre os requisitos para a sua configuração: a convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. A Lei n. 7.672/82, que institui o regime próprio de previdência do Estado do Rio Grande do Sul, deve ser interpretada em conformidade com a CRFB e com o Código Civil, que é a norma que dispõe sobre os institutos jurídicos de direito privado. No que diz com o caso, sobre os requisitos para a configuração da união estável como unidade familiar.

CUSTAS PROCESSUAIS. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO. ISENÇÃO.

Isenção das pessoas jurídicas de direito público ao pagamento de custas e emolumentos, consoante o art. 11 da Lei Estadual n. 8.121/1985, com a redação dada pela Lei n. 13.471/2010.

AGRAVO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 207-217).

Sustenta o recorrente, em preambular, a nulidade do acórdão impugnado, por suposta persistência das omissões apontadas nos embargos declaratórios,

configurando-se violação do disposto no art. 535, II, do CPC/1973. Assevera que o acórdão foi omissivo ao não se manifestar acerca dos arts. 5º, I, LIV, LV, 24, XII, 25, *caput*, § 1º, 226, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Constituição Federal; e 1.511-1.582 e 1.723-1.727, todos do Código Civil.

No mérito aponta, em síntese, que não seria aplicável o princípio da isonomia entre a união estável e o casamento, por se tratarem de institutos distintos, conforme se infere do Código Civil, em que são tratados em títulos distintos do Livro IV, que cuida do direito de família.

Cita ainda ausência de amparo do direito vindicado pela autarquia na Constituição Federal e na lei estadual, pelos seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 233):

Assim, mantido o entendimento, não há como negar que foi negada vigência a todos os artigos legais e constitucionais antes citados e que disciplinam o casamento e a união estável, bem como violado o Princípio da Isonomia, conforme artigo 5º, I, da CF, pois restou aplicado equivocadamente, para disciplinar situações que não podem ser igualadas. Se o legislador quisesse dar o mesmo tratamento ao casamento e a união estável teria disciplinado os dois institutos nas mesmas disposições, o que não ocorre no nosso sistema legal, bem como não haveria a necessidade de previsão da conversão da união estável em casamento.

[...]

Registre-se, ainda, que os artigos 24, inciso XII, e 25, *caput* e § 1º da CF/88, dispõem sobre a competência dos Estados para estabelecerem os requisitos legais para fins de previdência de seus funcionários públicos. Assim, a concessão de qualquer benefício pelo Instituto de Previdência do Estado depende de previsão legal e do atendimento aos requisitos postos na Lei Estadual nº 7.672/82. Nessa Lei está claramente disposta que a presunção de dependência, nos termos do artigo 9º, I, da Lei 7.672/82, com relação à ESPOSA, ao passo que as companheiras devem comprovar a dependência, conforme artigo 9º, II, § 5º da citada Lei, salientando, como já exposto que CASAMENTO e UNIÃO ESTÁVEL são institutos diferentes.

No caso, não foi produzida nenhuma prova, seja testemunhal, seja documental com relação à dependência da parte autora com ex- segurada. Assim, não comprovada a dependência econômica, um dos requisitos para habilitação da companheira como dependente, nos termos da Lei 7.672/82, era rigor a improcedência da ação.

Sem contrarrazões, conforme certidão à e-STJ fl. 245.

É o relatório.

De início, não se conhece da suposta afronta ao art. 535, II, do CPC/1973, pois o recorrente limitou-se a afirmar, de forma genérica, a ofensa ao referido normativo, sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem.

É fundamental que o autor desenvolva os argumentos que demonstrem a importância da omissão para a solução da controvérsia, a fim de que o vício

seja reconhecido por esta Corte como apto a ensejar a nulidade do julgado. A mera citação dos dispositivos legais invocados ou referência genérica aos aclaratórios bem como a simples indicação de pontos tidos como omissos sem a indicação de sua imprescindibilidade para o deslinde da causa não suprem a deficiência recursal.

Tal circunstância atrai a aplicação da Súmula 284/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. ÔNUS DA PROVA DE PAGAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

III. Quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que, apesar de apontar como violado o art. 535 do CPC/73, a parte recorrente não evidenciou qualquer vício, no acórdão recorrido, deixando de demonstrar no que consistiu a alegada ofensa ao citado dispositivo, atraindo, por analogia, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

[...]

VII. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.001.267/PB, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 24/8/2017)

ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PROCEDIMENTO DISCIPLINAR. EXPULSÃO. CONSELHO DISCIPLINAR. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA. LIVRE CONVENCIMENTO. REEXAME DE FATOS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ATIVIDADE DE CONSULTORIA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO ADOTADO PELA CORTE DE ORIGEM. SÚMULA 283/STF. SÚMULA 284/STF. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA EM FAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. EXIGIBILIDADE SUSPensa (ART. 12 DA LEI N.º 1.060/50). ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

1. Mostra-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissos, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

8. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 579.011/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 3/8/2017)

Ainda com relação à suposta nulidade do acórdão impugnado, impende esclarecer que a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que não são cabíveis embargos declaratórios com a finalidade de se obter manifestação acerca de dispositivos constitucionais, para fins de prequestionamento, o que inviabiliza, por conseguinte, que esta Corte profira juízo de valor sobre a relevância, ou não, de matéria constitucional deduzida nas instâncias ordinárias.

De fato, um juízo quanto à importância do dispositivo para o julgamento da causa demandaria, necessariamente, a análise da questão constitucional a ele pertinente, o que não é admitido em recurso especial, sob pena de usurpação da competência atribuída ao STF.

Nesse sentido, com adaptações:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE CABO, AUXILIAR DE SAÚDE (TÉCNICO DE RADIOLOGIA). EXAME DE ACUIDADE VISUAL. ALEGADA OFENSA AO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO NA VIGÊNCIA DO CPC/73. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DADA NA MEDIDA DA PRETENSÃO DEDUZIDA. ALEGADA OMISSÃO NO JULGADO, QUANTO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DOS ARTS. 2º E 37 DA CF/88. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE, NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

IV. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que "não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, a pretexto de examinar suposta ofensa ao art. 535, II, do CPC, aferir a existência de omissão do Tribunal de origem acerca de matéria constitucional, sob pena de usurpar a competência reservada ao Supremo Tribunal Federal" (STJ, AgRg no REsp 1.198.002/SE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 21/09/2012). Em igual sentido: STJ, AgInt no AREsp 224.127/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe de 10/02/2017; AgRg no AREsp 795.665/RJ, Rel. Ministra ASSULETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/03/2016; AgRg no AREsp 743.167/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/02/2016.

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.061.283/RJ, Rel. Min. ASSULETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 24/8/2017)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PODER JUDICIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. REAJUSTE DE

Superior Tribunal de Justiça

VENCIMENTOS. RESIDUAL DE 24%. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. VÍCIOS INEXISTENTES. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS, TIDOS POR VIOLADOS. IMPOSSIBILIDADE, NA VIA ESPECIAL, PELO STJ. DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS POR VIOLADOS. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. ANÁLISE DA LEI ESTADUAL FLUMINENSE 1.206/87. SÚMULA 280/STF.

[...]

2. Ressalta-se que não cabe ao STJ, a pretexto de violação ao art. 535 do CPC/1973, examinar a omissão quanto a dispositivos constitucionais, tendo em vista que a Constituição Federal reservou tal competência ao Pretório Excelso, no âmbito do Recurso Extraordinário.

[...]

9. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.659.613/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/6/2017, DJe 19/6/2017)

De outro lado, verifica-se que o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor em relação aos arts. 1.511 a 1.582 e 1.723 a 1.727 do Código Civil, estando ausente o necessário prequestionamento, o que atrai a incidência das Súmulas 282 do STF e 211 do STJ.

Consigne-se, por fim, que, ainda que fossem superados esses óbices, o recurso não reuniria condições de ser conhecido, porquanto o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia com base em fundamentos constitucionais – princípio da isonomia – e em legislação estadual – Lei n. 9.762/1982, o que afasta a possibilidade de apreciação nesta via recursal.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator